

O COMPORTAMENTO SINTÁTICO E SEMÂNTICO DOS SUJEITOS INDEFINIDOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Evani Viotti**
Ana Lúcia de Paula Müller***

Introdução

Com base em dados do inglês e do alemão, Diesing (1992) relaciona a interpretação genérica ou existencial atribuída a sujeitos indefinidos à possibilidade de eles ocuparem diferentes posições na estrutura sintática da sentença. Diesing propõe uma hipótese de mapeamento entre a sintaxe e a semântica nos seguintes termos:

* Agradecemos os comentários feitos a respeito deste trabalho pela audiência do L Seminário do GEL (2002) e pelos participantes do III *Workshop Formal Linguistics at USP* (2002).

** Universidade de São Paulo – USP.

(1) Hipótese de Mapeamento (HM):

Material do VP é mapeado no escopo nuclear.

Material de IP é mapeado na cláusula restritiva.²

Desse modo, sujeitos indefinidos internos ao VP e mapeados no escopo nuclear têm uma leitura existencial. Sujeitos indefinidos em Spec IP e projetados na cláusula restritiva têm uma leitura genérica.

O objetivo deste trabalho é mostrar que, em português brasileiro, a hipótese de mapeamento funciona diferentemente. Sujeitos que recebem uma interpretação existencial estão em uma posição em que são dominados por IP, e sujeitos que recebem uma interpretação genérica estão em uma posição acima de IP, tanto em estrutura-S quanto em Forma Lógica. Posto de outra forma, em português do Brasil, para que um sintagma nominal indefinido tenha uma leitura genérica é preciso que ele esteja em uma posição A-barra.

De uma maneira mais ampla, este trabalho pretende ser uma contribuição para uma discussão maior a respeito da universalidade da hipótese do mapeamento de Diesing. Se a hipótese for universal, será que a diferença de comportamento que o português apresenta em relação ao que Diesing postula ser o comportamento do alemão e do inglês é indicativa de que essa seja uma variação paramétrica? Será que se pode falar que, tanto quanto a sintaxe, a semântica tem princípios fechados universais, e parâmetros abertos?

Na seção 2, apresentamos a proposta de Diesing (1992) em mais detalhes. Na seção 3, tomamos o sintagma nominal definido, específico, com leitura existencial e aplicamos testes sintáticos às sentenças em que eles ocupam a posição de sujeito para estabelecer que essa posição é uma posição A. O mesmo fazemos com sentenças cujo sujeito é um sintagma nominal *nu*³ que, quando em posição pré-verbal, só pode ter uma interpretação genérica. Passamos, em seguida, a aplicar os mesmos testes a sentenças cujos sujeitos são sintagmas nominais introduzidos pelo artigo indefinido, que tanto podem ter uma leitura existencial quanto genérica.

2 Lewis (1975, apud Diesing, 1992) propõe que a representação semântica de uma sentença seja dividida em três partes. Heim (1982) assume essa divisão e chama cada uma das partes de operador, cláusula restritiva, e escopo nuclear. Vamos tratar desse assunto em mais detalhes na seção seguinte.

3 Por *sintagma nominal nu* estamos fazendo referência a sintagmas nominais não precedidos de determinantes ou quantificadores e que não exibem marca de número, como em *Cachorro late*.

Na seção 4 concluímos, dizendo que as regularidades apresentadas pelo português brasileiro são indicativas de que existe um mapeamento universal entre algumas posições sintáticas e determinadas interpretações semânticas. Entretanto, como o português brasileiro apresenta uma diferença em relação às línguas analisadas por Diesing, no que diz respeito a qual posição corresponde a qual leitura, sugerimos que essa diferença é indicativa de uma variação paramétrica.

A proposta de Diesing (1992)

Diesing (1992), trabalhando dentro do modelo de Princípios e Parâmetros (ver Chomsky, 1981, 1986), propõe uma hipótese de mapeamento entre a Forma Lógica sintática de uma sentença (FL) e sua interpretação. A autora assume parcialmente a hipótese do sujeito interno a VP de Koopman e Sportiche (1991), segundo a qual sujeitos são gerados dentro do VP e depois movidos para uma posição estruturalmente mais alta. Dessa forma, existem duas posições para o sujeito, cada uma delas relacionada a uma interpretação distinta.

Diesing parte da observação de que os plurais nus (*bare plurals*) do inglês, como na sentença (2), podem ter tanto uma interpretação existencial, como na paráfrase em (3a), quanto uma interpretação genérica, como na paráfrase em (3b). A interpretação existencial relaciona-se ao fato de que, em FL, o sujeito ocupa a posição de Spec VP, como em (4a), e a interpretação genérica relaciona-se ao fato de que o sujeito está na posição de Spec IP, como em (4b).

- (2) Firemen are available.
- (3) a. “Tem bombeiros e eles estão disponíveis (neste lugar, neste momento)”.
b. “Se alguém é bombeiro, então é disponível”.
- (4) a. [_{IP} [_{VP} Firemen are available]].
b. [_{IP} Firemen [_{VP} are available]].

Uma das motivações sintáticas apresentadas por Diesing para as duas estruturas em (4) vem de dados do alemão apresentados em (5) e (6). Em alemão a partícula sentencial *ja doch* marca a fronteira esquerda do VP. Consequentemente, o sujeito – *Kinder* – em (5a) encontra-se dentro do VP em

estrutura S. Diferentemente, em (6a), o sujeito encontra-se fora do VP, ocupando a posição de Spec IP. Interessantemente, o plural nu *Kinder* em (5a) tem apenas uma interpretação existencial, ao passo que em (6a) ele tem uma interpretação genérica.

- (5) a. ...weil *ja doch* Kinder auf der Strabe spielen.
b. "...porque tem crianças brincando na rua".
- (6) a. ...weil Kinder *ja doch* auf der Strabe spielen.
b. "...porque crianças (em geral) brincam na rua".

Os pressupostos semânticos de Diesing (1992) encontram-se em Heim (1982). Nessa teoria, sintagmas indefinidos não são, por si mesmos, sintagmas existencialmente quantificados, mas sim variáveis livres restritas. A propriedade representada por seu conteúdo semântico serve como a restrição sobre o domínio da variável. As variáveis de um indefinido são presas ou por uma operação de fechamento existencial (*existential closure*), que liga indiscriminadamente todas as variáveis livres em uma forma lógica; ou por operadores sentenciais como quantificadores e expressões modais. Esses últimos criam estruturas tripartites que consistem em um operador, uma oração restritiva e uma oração matriz – o escopo nuclear. De acordo com a Hipótese do Mapeamento em (1), partes diferentes da sentença são mapeadas na restrição ou no escopo nuclear dependendo de sua posição sintática.

Diesing propõe que a operação de fechamento existencial acontece no nível do VP. Assume também que plurais nus são indefinidos que introduzem uma variável livre. Assim, qualquer plural nu dentro do VP (na Forma Lógica) terá sua variável presa por um quantificador existencial. A FL de (2) está representada em (7):

- (7) $\llbracket_{IP} \exists \llbracket_{VP} \text{bombeiros } x, \text{disponíveis } x \rrbracket \rrbracket$.
 $\exists x (\text{bombeiros } x \wedge \text{disponíveis } x)$ (em linguagem do cálculo de predicados).
"Tem bombeiros disponíveis (agora, em um determinado lugar)".

Por outro lado, se o sujeito está em Spec IP, ele é mapeado para a oração restritiva de um operador não-seletivo, como, por exemplo, o operador genérico. Esse operador então liga a variável introduzida pelo indefinido, como em (8).

- (8) $[_{\text{IP}} \text{GEN} (\text{bombeiros } x) ([_{\text{VP}} \text{e disponíveis}])]$.
 $\forall x (\text{bombeiro } x \rightarrow \text{disponível } x)$ (em linguagem do cálculo de predicados).
“Se alguém é bombeiro, então é disponível”.

Dessa maneira, Diesing deriva as leituras existencial e genérica dos sujeitos indefinidos do inglês, do alemão e de várias outras línguas. A seguir, nós vamos ver que, em português do Brasil, a hipótese do mapeamento parece funcionar bem, mas com relação a diferentes posições estruturais. Sujeitos indefinidos com leitura existencial ocupam a posição de Spec IP, e sujeitos indefinidos com leitura genérica ocupam uma posição A-barra, acima de IP.

A posição sintática dos sujeitos em português

A posição de sujeitos definidos com leitura existencial

Apesar de haver grande discussão a respeito da posição de sujeito do português brasileiro, vamos assumir que sujeitos definidos ocupam a posição de Spec IP⁴ em estrutura-S, seguindo Galves (2001).⁵ Assim sendo, tais sujeitos

4 Deixamos em aberto a categoria específica da projeção de flexão em cuja posição de especificador se encontram sujeitos definidos com leitura existencial. Para fins deste trabalho, é irrelevante se essa projeção é TP ou AgrP. O que importa é que se trata de uma posição argumental, abaixo de CP ou de qualquer outra posição A-barra na periferia esquerda da sentença.

5 Para propostas diferentes sobre a posição do sujeito em português brasileiro, ver os trabalhos publicados em Kato; Negrão (2000).

ocupam uma posição argumental, o que pode ser evidenciado pelos testes que se seguem.⁶

Ligaçāo-A

No quadro da Gramática Gerativa, entende-se por “ligação-A” aquela que se dá entre um constituinte do tipo [+anafórico, -pronominal] e um antecedente em posição argumental (Spec IP). Constituintes com traços [+anafórico, -pronominal] são:

- i. os reflexivos como “se”, em “A Joana_i se_i adora”;
- ii. os recíprocos como “um ao outro, um do outro”, como em “Os meninos_i gostam um do outro_i”; e
- iii. vestígios de movimento de um sintagma nominal para uma posição argumental, como em “O Luis_i parece t_i gostar de jazz”.

No que diz respeito à ligação de anáforas possessivas em português do Brasil, Negrão e Müller (1996), baseadas em análise de *corpus* de português

6 No quadro da Gramática Gerativa, posições argumentais são aquelas que só podem ser ocupadas por argumentos do verbo (ou do predicador da sentença). A posição de Spec IP é considerada uma posição argumental, porque é nela que o sujeito (ou argumento externo) do verbo recebe ou checa **Caso** nominativo. A atribuição de **Caso** ao sujeito é necessária para que o papel temático, que foi a ele atribuído dentro da projeção do verbo, torne-se visível. Uma outra posição argumental possível para o sujeito seria a posição de Spec VP. No caso do português do Brasil, no entanto, assume-se que sujeitos de verbos transitivos e intransitivos sobem para a posição de Spec IP, em que recebem **Caso** nominativo. Uma evidência que para isso é a colocação do advérbio de VP *bem*:

- i. O João fala bem francês e inglês.
- ii. O João fala francês e inglês bem.

Nas sentenças (i) e (ii), o fato de o verbo aparecer antes do advérbio mostra que o verbo saiu de sua posição de base para se adjungir ao núcleo de Infl. Como o sujeito aparece antes do verbo, há uma indicação de que esse sujeito também saiu de sua posição de base para ocupar uma posição mais alta na estrutura da sentença.

falado e seguindo a teoria da ligação de Chomsky (1981; 1986), mostram que existe uma tendência ao uso da forma possessiva anafórica *seu(s)/sua(s)* quando o sintagma nominal antecedente é genérico, enquanto que se tende a preferir o uso da forma *dele(s)/dela(s)* quando o sintagma antecedente tem leitura existencial. Alguns exemplos relevantes são:

- (9) ...às vezes [um estudante], [um rapaz, que, t, paga seus, estudos com sacrifício] ele não pode ter dinheiro nunca para ir ao teatro... (NURC/SP)
(10) ...foi a primeira peça que [o Ziembinski], apresentou em toda a vida dele, na carreira dele... (NURC/SP)

Na sentença (9), em que se tem, como antecedente, um sintagma nominal indefinido com interpretação genérica, preferiu-se o uso da anáfora *sua*. Já em (10), em que o antecedente é um sintagma nominal definido, específico e interpretado como existencial, preferiu-se o uso da forma *dele/dela*. Assim sendo, em português do Brasil, em sentenças cujo sujeito tem uma leitura existencial, a forma preferida para o possessivo que retoma o sujeito é *dele(s)/dela(s)*. A ligação feita com a anáfora *seu(s)/sua(s)*, se não totalmente inaceitável, é considerada bastante pior.

- (11) [Aquele aluno do 3.º ano], mandou o exercício [dele], pela internet.
(12) ?*[Aquele aluno do 3.º ano], mandou o seu, exercício pela internet.

Apesar de essa especialização de formas não ser categórica, ela vai ser de grande ajuda nas seções Ligação-A e Ligação A, quando aplicarmos testes de ligação-A a sujeitos com leitura genérica.

Efeitos de minimalidade A-barra

Além das posições argumentais já mencionadas (ver nota número 6), a Gramática Gerativa assume que, na estrutura da sentença, existem também posições que são chamadas de posições não argumentais, ou A-barra. Essas posições são as posições de especificador que se encontram na periferia esquerda da sentença, acima de IP.⁷ Elas são chamadas de posições A-barra porque podem receber tanto argumentos quanto adjuntos. Dentre os movimentos para posições A-barra, podemos mencionar os seguintes:

- i. movimento de constituintes wh, como em “Quem_i que t_i encontrou o Paulo?”, “O que_i que o Rui viu t_i?”, ou “Onde_i que o Luís encontrou o Paulo t_i?”; e
- ii. topicalização, como em “O filme que ganhou o Oscar_i, eu não quero ver t_i?”; e
- iii. focalização, como em “O RUI_i eu encontrei ontem t_i no cinema; o LUÍS_j faz tempo que eu não vejo t_j”.

Por razões complexas sobre as quais não podemos nos deter aqui, movimentos de constituintes devem respeitar várias restrições entre as quais destaca-se uma, que é chamada de condição de minimalidade. Simplificando os termos da formulação dada a essa condição em Rizzi (1990), temos que um constituinte do tipo A-barra não pode intervir entre outro constituinte A-barra e seu vestígio. Em outras palavras, um constituinte não pode se mover para uma posição A-barra passando por cima de um outro constituinte em posição A-barra. Assim, uma sentença como

- (13) Quem_j que o João perguntou onde_i o Luís encontrou t_j t_i?

7 Acima de IP, assume-se, de maneira geral, que toda sentença tem pelo menos uma projeção do complementizador, que é CP. Entretanto, várias propostas têm mostrado que outras projeções são necessárias na periferia esquerda, como a projeção de Tópico e Foco. As posições de especificador dessas projeções são também consideradas posições A-barra.

é inaceitável porque o constituinte wh “quem” se moveu para uma posição A-barra, passando por cima de outro constituinte wh – “onde” – já em uma posição A-barra.

Ora, se os sujeitos do português estivessem em uma posição mais à esquerda do que Spec IP, eles deveriam estar em uma posição A-barra. Portanto, se essa fosse a posição dos sujeitos definidos, seria de se esperar a ocorrência de efeitos de minimalidade nos termos de Rizzi (1990) ao realizarmos um movimento A-barra, cruzando o sujeito. Entretanto, isso não se verifica em português brasileiro:

- (14) Que exercícios_i os alunos do 3.^ºano mandaram t_i pela internet?
(15) Os exercícios de sintaxe_i, os alunos do 3.^º ano t_i mandaram pela internet.

Na sentença (14), tem-se uma extração wh cruzando o sujeito, e, em (15), tem-se uma instância de topicalização também feita por cima do sujeito. Tanto em um caso quanto em outro, os resultados obtidos são aceitáveis, o que sugere que não há violação de minimalidade relativizada. Isso se explica pelo fato de o sujeito estar em uma posição-A.

Topicalização múltipla

Como visto acima, topicalização é um tipo de movimento A-barra. Um movimento de topicalização de um constituinte por cima de outro constituinte topicalizado deveria, portanto, induzir efeitos de minimalidade A-barra. Costa (1998, p. 112) mostra que, em português europeu, casos de múltipla topicalização são possíveis, embora sejam considerados bastante marcados. Assim, por exemplo, enquanto a sentença (16) é considerada boa por falantes daquela língua, a sentença (17) é menos aceitável, sendo necessária a introdução de uma quebra prosódica entre o segundo PP e o verbo:

- (16) Sobre o tempo, falei com o Pedro.
(17) ??Sobre o tempo, com o Pedro, falei.

O que a sentença (17) mostra é que quando dois constituintes são deslocados para a esquerda de IP, o resultado obtido não é tão bom. Crucialmente, isso não acontece quando um constituinte é deslocado para a esquerda de IP cruzando um sujeito definido. Isso indica que esse sujeito não deve ter sido deslocado para uma posição da periferia esquerda. Ele deve estar em Spec IP:

- (18) Sobre o tempo, o Pedro falou com a Maria.
(19) Com a Maria, o Pedro falou sobre o tempo.

Outra observação feita por Costa diz respeito ao fato de que, em casos de topicalização múltipla, a alternância da ordem dos dois tópicos não tem efeito algum sobre a aceitabilidade da sentença. Observe-se então que na sentença (20), contraparte da sentença (17), o julgamento dos falantes mantém-se o mesmo:

- (20) ??Com o Pedro, sobre o tempo, falei.

Entretanto, se trocarmos a ordem entre um sujeito definido e um constituinte deslocado, o resultado obtido é bastante pior em relação à sentença em que o sujeito se manteve em sua posição de Spec IP. Comparem-se as sentenças em (21) e (22) com as sentenças em (18) e (19):

- (21) ??O Paulo, sobre o tempo, falou com a Maria.
(22) ??O Pedro, com a Maria, falou sobre o tempo.

No que se refere ao português brasileiro, o contraste é ainda maior. No que diz respeito a múltiplos tópicos, os resultados parecem ser mais marcados que os do português europeu:

(23) ??Sobre o tempo, com o Pedro, eu falei.

(24) ??Com o Pedro, sobre o tempo, eu falei.

Por outro lado, a topicalização por cima de um sujeito definido produz resultados tão bons quanto os do português europeu. Assim, as sentenças (18) e (19) são igualmente aceitáveis no português brasileiro. Mas a alternância da ordem entre um tópico e um sujeito definido produz resultados bem piores em português brasileiro do que os obtidos em português europeu:

(25) *O Paulo, sobre o tempo, falou com a Maria.

(26) *O Paulo, com a Maria, falou sobre o tempo.

Portanto, os contrastes observados entre sentenças com múltiplos tópicos, de um lado, e sentenças com sujeitos definidos pré-verbais e um tópico, de outro, constituem mais uma evidência de que sujeitos definidos com leitura existencial estão em Spec IP.

A posição de sujeitos indefinidos genéricos

Na seção anterior, mostramos que sujeitos definidos com leitura existencial ocupam uma posição argumental, que é Spec IP. Vamos ver agora como se comportam sujeitos indefinidos genéricos. Valendo-nos dos mesmos testes usados para mostrar que sujeitos definidos existenciais estão em Spec IP, vamos ver que sujeitos indefinidos com leitura genérica ocupam uma posição A-barra em português brasileiro. Para tanto, vamos usar sintagmas singulares nus que,

como demonstrado por Müller (2002) são sintagmas indefinidos e, quando em posição de sujeito, só aceitam uma leitura genérica.

Ligaçāo-A

Na seção Ligaçāo-A anterior, vimos que em português brasileiro, existe uma preferência para o uso da forma possessiva *dele(s)/dela(s)* quando o antecedente é um sintagma nominal definido com leitura existencial. Interessantemente, o oposto parece ser verdadeiro: sintagmas indefinidos genéricos jamais podem ser retomados pela forma possessiva *dele(s)/dela(s)*. Só as formas anafóricas *seu(s)/sua(s)* podem ser ligadas por sintagmas nominais indefinidos genéricos. Observem-se os exemplos:

- (27) *Número par_i é sempre divisível pelos múltiplos dele_i.
- (28) ?Número par_i é sempre divisível por seus_i múltiplos.
- (29) *Professor_i sempre prepara as aulas dele_i com antecedência.
- (30) ?Professor_i sempre prepara suas_i aulas com antecedência.
- (31) *Mulher_i sempre discute os problemas dela_i com qualquer um.
- (32) ?Mulher_i sempre discute seus_i problemas com qualquer um.

Essas sentenças mostram que, quando um singular nu com leitura genérica é retomado por *dele/dela*, o resultado obtido é bastante pior que aquele que se obtém quando ele é retomado por *seu(s)/sua(s)*. Com essa assimetria, temos uma indicação de que a leitura existencial ou genérica que é atribuída a um sintagma nominal deve estar vinculada à posição que ele ocupa na sentença. Se estiver correta a idéia de que os possessivos *dele(s)/dela(s)* estão se especializando de modo a se tornarem as formas prototípicas de ligação-A,⁸ e se nomes nus não servem como antecedentes para essas formas, podemos assumir que, nas sentenças (28), (30) e (32) os nomes nus não devem estar ocupando uma posição A e sim uma posição A-barra.

8 Para relembrar, ligação-A é aquela que se estabelece entre um elemento anafórico e um antecedente em posição A.

Efeitos de minimalidade A-barra

Os testes de minimalidade também demonstram que sujeitos nus indefinidos com leitura genérica estão em uma posição A-barra. Assim, instâncias de movimento wh por sobre sujeitos com leitura genérica causam sentenças inaceitáveis:

- (33) *?Por que múltiplos número par é sempre divisível?
- (34) *?O que professor sempre prepara com antecedência?
- (35) *?Que aulas professor sempre prepara com antecedência?
- (36) *?Como professor sempre prepara suas aulas?
- (37) *?O que mulher sempre discute com qualquer um?
- (38) *?Com quem mulher sempre discute seus problemas?

Se os sujeitos dessas sentenças estivessem em posição-A, não deveria haver qualquer violação de minimalidade relativizada, como visto nos exemplos (14) e (15) acima.

Topicalização múltipla

Como visto, sujeitos definidos com leitura existencial não estão em distribuição complementar com constituintes topicalizados. Em outras palavras, como sujeitos definidos com leitura existencial estão em posição de Spec IP, é possível que outros constituintes sejam movidos A-barra por cima do sujeito (ver exemplos (18) e (19)). Entretanto, como já apontamos, sentenças com dois constituintes topicalizados são consideradas inaceitáveis em português brasileiro (ver exemplos (23) e (24)).

Nas instâncias de sujeito indefinido com leitura genérica, a situação é idêntica à em que aparecem dois constituintes topicalizados: sujeitos

indefinidos nus com leitura genérica não podem coexistir com constituintes topicalizados:⁹

(39) *As aulas, professor sempre prepara com antecedência.

(40) *Os problemas, mulher sempre discute com qualquer um.

Os testes de topicalização múltipla mostram, também, que sintagmas indefinidos nus com leitura genérica têm comportamento de constituintes que ocupam posições A-barra, devendo, portanto, estar acima de IP.

A posição de sujeitos introduzidos por artigos indefinidos

Se as hipóteses levantadas acima estiverem no caminho certo, sintagmas introduzidos pelo artigo indefinido vão ter dois tipos de comportamento sintático. Quando eles estiverem na posição de Spec IP, eles vão ter uma leitura existencial. Quando, por outro lado, eles ocuparem uma posição acima de IP, eles vão ter uma leitura genérica. Isso significa que eles podem se comportar tanto como constituintes em posição argumental, quanto constituintes em posição não argumental. Vejamos como é que eles reagem em relação aos testes que vimos usando:

Ligação A

Pelo visto, um sintagma com leitura existencial tende a preferir uma ligação com a proforma possessiva *dele(s)/dela(s)*, enquanto que um sintagma com leitura genérica só aceita a ligação com a forma possessiva anafórica *seu(s)/sua(s)*. Sintagmas introduzidos pelo artigo indefinido aceitam os dois tipos de

9 Agradecemos a observação de um dos pareceristas que aceita essas sentenças como bem formadas. Optamos por mantê-las, porque, em nosso julgamento, na leitura que estamos querendo exemplificar, elas não são gramaticais.

ligação. Entretanto, em sentenças genéricas, eles não vão poder servir de antecedente para os possessivos *dele(s)/dela(s)*, como se vê na sentença (41). Em sentenças genéricas com sujeitos indefinidos, a forma anafórica *seu(s)/sua(s)* é a preferida, como se vê na sentença (42). Diferentemente, em sentenças episódicas, a anáfora possessiva *seu(s)/sua(s)* ligada a sujeitos indefinidos não produz resultados tão bons, como mostra a sentença (43). Nesses casos, prefere-se a ligação com as formas possessivas *dele(s)/dela(s)*, como se vê no exemplo (44).¹⁰

(41) *Uma menina sempre apresenta a lição dela com muito capricho.

(42) Uma menina sempre apresenta sua lição com muito capricho.

(43) ??Ontem, uma menina apresentou sua lição com muito capricho.

(44) Ontem, uma menina apresentou a lição dela com muito capricho.

A inaceitabilidade da sentença (41) e a aceitabilidade da sentença (42) coadunam-se perfeitamente com a leitura genérica que o sintagma indefinido tem nesse par de exemplos. Da mesma forma, a estranheza de (43) e a aceitabilidade de (44) coadunam-se bem com a interpretação existencial que tem o sintagma indefinido em posição de sujeito.

Efeitos de minimalidade A-barra

Mais acima, mostramos que sintagmas nominais sujeitos com leitura existencial estão na posição de Spec IP porque eles não induzem efeito de minimalidade A-barra. Sintagmas indefinidos genéricos, por outro lado, induzem efeitos de minimalidade A-barra justamente porque encontram-se, eles mesmos, em uma posição não argumental. Vejamos, agora, o comportamento de sintagmas introduzidos pelo artigo indefinido em sentenças genéricas e episódicas:

10 Estamos chamando de genéricas as sentenças que generalizam tanto sobre entidades – *Todo homem é mortal* – como sobre situações – *Jorge fuma*. Sentenças episódicas não estão sob o escopo de operadores generalizantes. Elas descrevem eventos únicos.

- (45) *O que uma menina sempre apresenta com muito capricho?
- (46) *Como uma menina sempre apresenta sua lição?
- (47) O que uma menina apresentou ontem?
- (48) Como uma menina apresentou ontem a lição dela?

Nas sentenças genéricas em (45) e (46), a extração de um sintagma wh por cima do sujeito produziu resultados ruins. Isso indica que houve violação de minimalidade A-barra, o que sugere, mais uma vez, que sujeitos interpretados genericamente estão em uma posição acima de Spec IP. Nas sentenças episódicas (47) e (48), a extração wh por cima do sujeito produziu resultados aceitáveis, mostrando que não houve efeito de minimalidade A-barra. Isso indica que sujeitos indefinidos que têm leitura existencial estão na posição de Spec IP.

Topicalização múltipla

Como visto em seções anteriores, como sujeitos com leitura existencial estão em posição de Spec IP, é possível que outros constituintes sejam movidos A-barra por cima deles. Entretanto, sentenças com dois constituintes topicalizados são consideradas inaceitáveis em português brasileiro porque um tópico não pode passar por cima de outro. O mesmo acontece quando há um constituinte topicalizado e um sujeito genérico, o que indica que esse sujeito está em posição A-barra.

Com sujeitos indefinidos em sentenças genéricas, acontece o mesmo: a topicalização por cima do sujeito produz resultados ruins, como mostra a sentença (49). Em sentenças episódicas, diferentemente, a topicalização é possível, como se vê no exemplo (50).

- (49) *A lição, uma menina sempre apresenta com muito capricho.
- (50) A lição, uma menina apresentou ontem com muito capricho.

Com isso, temos mais uma evidência de que sujeitos interpretados existencialmente estão em posição argumental. No caso do português do Brasil, consideramos que essa posição seja Spec IP. Por outro lado, sujeitos interpretados genericamente estão em posição A-barra, acima de Spec IP.

Conclusão

Neste trabalho, mostramos, inicialmente, o comportamento apresentado por sujeitos definidos com leitura existencial em relação aos testes de ligação-A, de efeitos de minimalidade A-barra, e de topicalização múltipla. A partir desses testes, concluímos que sujeitos definidos com leitura existencial, em português do Brasil, encontram-se na posição de Spec IP.

Passamos, em seguida, a aplicar os mesmos testes a sintagmas nominais indefinidos nus que, em posição de sujeito, só apresentam a leitura genérica. Os resultados obtidos indicam que esses sujeitos ocupam uma posição A-barra, acima de IP.

Com esses resultados, tivemos duas fortes indicações:

- i. a de que existe uma relação entre a posição de Spec IP e a interpretação existencial que assume o sintagma nominal nessa posição; e
- ii. a de que existe uma relação entre uma posição A-barra, acima de IP, e a interpretação genérica que assume o sintagma nominal nessa posição.

Na seqüência, aplicamos os testes a sujeitos introduzidos pelo artigo indefinido, que tanto podem ter uma leitura genérica quanto existencial. Os resultados obtidos mostram que a correlação se mantém: quando eles se comportam como constituintes em posição A-barra, têm uma leitura genérica; diferentemente, quando seu comportamento é o de um constituinte em posição A, eles têm uma leitura existencial.

Com isso, concluímos que, em português brasileiro, a hipótese de mapeamento proposta por Diesing precisa ser parcialmente alterada, para estabelecer o seguinte:

- (51) Hipótese do Mapeamento para o português brasileiro
Material do IP é mapeado no escopo nuclear.
Material da periferia esquerda da sentença é mapeado na cláusula restritiva.

Essa alteração que sugerimos para a Hipótese do Mapeamento, no entanto, não exclui a possibilidade de que esse mapeamento seja universal. Na realidade, os dados do português confirmam que existe uma correlação entre certas posições sintáticas e certas possibilidades de leitura. Portanto, é possível pensarmos que, em todas as línguas humanas, algumas posições estão associadas a certas interpretações. Entretanto, essas associações estariam sujeitas a variações paramétricas.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar que, em português brasileiro, a hipótese de mapeamento proposta por Diesing (1992) para o alemão e o inglês funciona diferentemente. Sujeitos que recebem uma interpretação existencial estão em uma posição em que são dominados por IP, e sujeitos que recebem uma interpretação genérica estão em uma posição acima de IP, tanto em estrutura-S quanto em Forma Lógica. De uma maneira mais ampla, este trabalho pretende ser uma contribuição para uma discussão maior a respeito da universalidade da hipótese do mapeamento de Diesing.

Palavras-chave: *Hipótese de Mapeamento, sujeitos indefinidos, posições A e A-barra.*

ABSTRACT

The objective of this paper is to show that Brazilian Portuguese (BP) does not follow Diesing's Mapping Hypothesis (1992) established for German and English. In BP, subjects which receive an existential interpretation are immediately dominated by IP, whereas generically interpreted subjects are in a position higher than IP, both in S-structure and in Logical Form. By raising these facts, this paper aims at contributing to the debate on the universality of Diesing's Mapping Hypothesis.

Key-words: *Mapping Hypothesis, indefinite subjects, A and A-bar positions.*

REFERÊNCIAS

- COSTA, J. *Word order variation. A constraint-based approach.* Leiden, 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de Leiden.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding.* Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of Language.* New York: Praeger, 1986.
- DIESING, M. *Indefinites.* Cambridge, Mass: The MIT Press, 1992.
- GALVES, C. *Ensaios sobre as gramáticas do português.* Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- HEIM, I. *The semantics of definite and indefinite noun phrases.* Cambridge, Mass, 1982. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology.
- KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter.* Frankfurt: Vervuert, 2000.
- KOOPMAN, H.; SPORTICHE, D. The position of subjects. *Lingua*, n. 85, p. 211-258, 1981.
- MÜLLER, A. The semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. *Probus*, n. 14, p. 279-298, 2001.
- NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? *D.E.L.T.A*, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.
- RIZZI, L. *Relativized Minimality.* Cambridge, Mass: The MIT Press, 1990.